



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LABORATÓRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS
LEPA**



**PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA
DA ÁREA ABRANGIDA PELAS LINHAS DE TRANSMISSÃO 230 kV
JAURU – VILHENA – PIMENTA BUENO –
JI-PARANÁ – ARIQUEMES – SAMUEL (MT – RO)**

Arqueólogo Responsável e Coordenador
Dr. Saul Eduardo Seiguer Milder

Arqueólogos do Laboratório
Angelo Inácio Pohl
Ricardo Pellegrin Marion

Santa Maria/RS, Setembro de 2007

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	4
2. OBJETIVOS	5
3. LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DA REGIÃO DO EMPREENDIMENTO	6
4. POTENCIALIDADES ARQUEOLÓGICAS REGIONAIS.....	8
5. CONCEITUAÇÃO E METODOLOGIA DO PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA	8
5.1. Conceituação	8
5.2. Modelo de pesquisa adaptado para o Projeto.....	9
5.3. Parâmetros do Modelo Locacional e UNDR	10
5.4. Seqüência das operações.....	12
6. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS	14
7. ARQUEÓLOGO RESPONSÁVEL E COORDENADOR DAS PESQUISAS	14
8. EQUIPE TÉCNICA	15
9. IDONEIDADE FINANCEIRA.....	16
10. ENDOSSO INSTITUCIONAL	16
11. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	16
12. PROPOSTA PRELIMINAR DE UTILIZAÇÃO FUTURA DO MATERIAL PRODUZIDO PARA FINS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS.....	17
13. BIBLIOGRAFIA.....	17
ANEXOS.....	24
Relação dos sítios arqueológicos registrados no IPHAN	24
Traçado em UTM's das LT's	24
Idoneidade Financeira	24
Endosso Institucional	24
Currículos: Arqueólogo responsável e equipe técnica	24

1. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Prospecção Arqueológica foi elaborado de acordo com as normas e procedimentos exigidos pela Portaria nº 07/88 – IPHAN e Portaria nº 230/02, que dispõem sobre os pedidos de autorização para o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas.

O Projeto teve por base o Diagnóstico de Dados Secundários produzido sobre o patrimônio arqueológico, histórico, cultural e etno-histórico da área abrangida pelas futuras instalações das Linhas de Transmissão (LT's) 230 kV Jauru – Vilhena – Pimenta Bueno – Ji-Paraná – Ariquemes – Samuel (MT – RO), recebido no setor de Protocolo da GEPAN/DEPAM/IPHAN, em Brasília, na data de 16 de agosto de 2007.

Tendo em vista a potencialidade arqueológica, histórica e cultural da área em tela, o presente projeto visa à obtenção de permissão para execução de prospecção arqueológica nos municípios acima referidos, buscando impedir a devastação e a depredação dos bens culturais que possam existir ali.

Conforme Art. 20 da Constituição Federal do Brasil e Lei nº 3.924 / 61, os bens arqueológicos são considerados bens da União e devem ser estudados antes que qualquer obra possa vir a danificá-los.

Nesse sentido, a implantação de LT's, na qual são construídos canteiros de obras, acessos novos e torres de transmissão, pode ser extremamente lesiva aos bens ambientais e culturais encontrados no subsolo, exigindo um Programa de Prospecção Arqueológica em locais que sofrerão impactos diretos e indiretos da obra.

Considerando as características gerais do empreendimento, associadas ao potencial arqueológico dessa região, torna-se necessário o desenvolvimento de pesquisas que visem estimular a preservação do patrimônio cultural local.

Genericamente, a estratégia que sustenta um Projeto de Prospecção Arqueológica considera a influência do mesmo distribuída em três áreas:

a) Área de influência direta: fração de terreno circunscrita pela linha poligonal apresentada no projeto de construção da obra. Essa área deve ser entendida como potencialmente privilegiada no tocante a busca da arqueoinformação.

b) Área de influência indireta: é uma faixa de terreno de dimensões que variam conforme as adaptações necessárias a cada situação que se apresentar quando do incremento das obras de engenharia (acessos, depósitos de materiais, canteiros

de obras, etc.). Constitui uma fração de terreno que deverá ser verificada objetivamente para prevenir possíveis impactos ao patrimônio arqueológico.

c) Área de influência expandida: constituída pelo município no qual será instalado o empreendimento.

2. OBJETIVOS

A avaliação potencial da presença de indícios e evidências arqueológicas por meio da implementação de um Projeto de Prospecção Arqueológica objetiva o seguinte:

¥ Atender à legislação específica referente à identificação, proteção e salvamento de sítios, com a aplicação de metodologias adequadas a esses processos.

¥ Prevenir a depredação e destruição do patrimônio arqueológico local protegido pela Constituição Federal e Lei específica (nº 3.924/ 61).

¥ Identificar e mapear as áreas com possibilidades de sítios arqueológicos antes que qualquer obra possa pôr em risco esses bens culturais.

¥ Realizar sondagens, outras formas de prospecções para identificar a extensão e a profundidade das evidências arqueológicas encontradas.

¥ Coletar amostras de evidências arqueológicas quando oportuno para identificar as filiações desses artefatos e correlacionar com os tipos de ocorrências arqueológicas registradas regionalmente.

¥ Registrar o maior número possível de informações referentes aos sítios identificados passíveis de serem afetados direta ou indiretamente pelas LT's.

¥ Verificar o grau de destruição do impacto ou de preservação dos sítios arqueológicos encontrados.

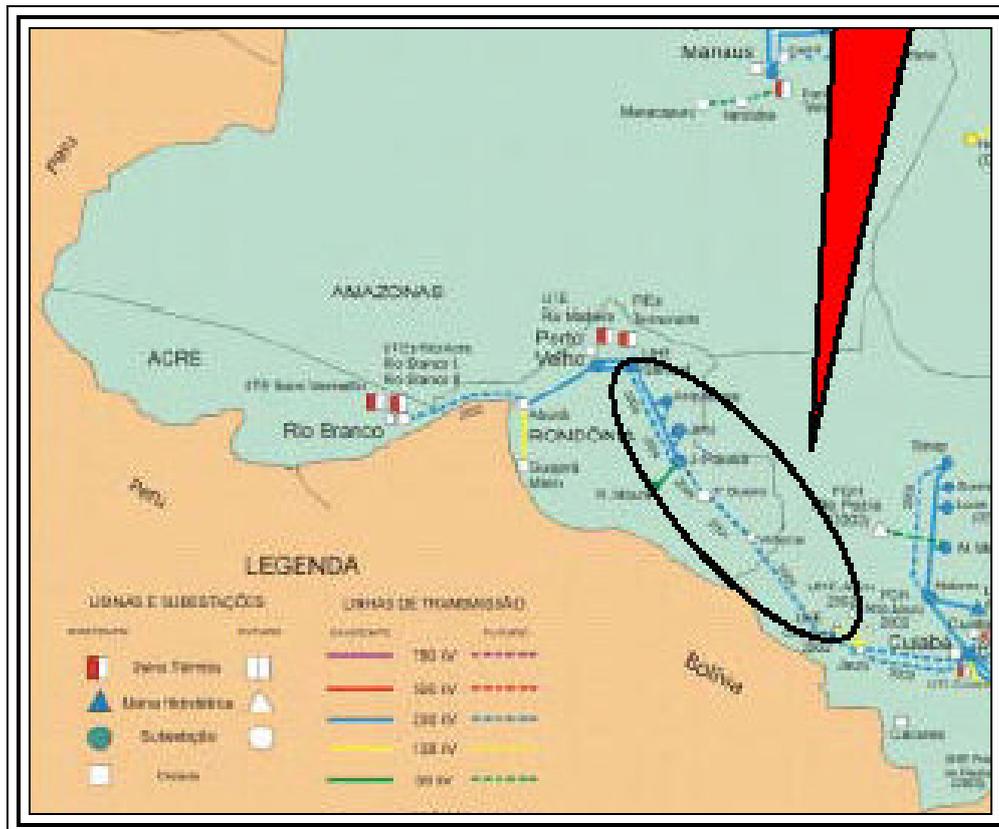
¥ Recomendar medidas de salvamento e proteção dos sítios arqueológicos ou alterações no traçado das LT's.

¥ Contribuir com análise sobre os procedimentos arqueológicos a serem desenvolvidos durante licenciamentos ambientais.

¥ Produzir conhecimentos sobre a ocupação pré-colonial e colonial da Região, em especial dos Estados de Mato Grosso e Rondônia.

3. LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DA REGIÃO DO EMPREENDIMENTO

Na figura abaixo, o mapa apresenta o diagrama eletrogeográfico da região onde passarão as Linhas de Transmissão em 230 kV Jauru – Vilhena – Pimenta Bueno – Ji-Paraná – Ariquemes - Samuel, que interligarão a o sistema de transmissão da Região Sudoeste de Mato Grosso com o sistema, atualmente isolado, Acre/Rondônia.



Mapa eletrogeográfico do sistema sudoeste de Mato Grosso e Rondônia. Fonte: www.aneel.gov.br.

O empreendimento fará com que o Sistema de Transmissão do Acre e de Rondônia, atualmente em operação, passe a operar integrado ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Assim, se observará uma significativa redução da despesa relativa à Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), para a produção de energia elétrica, sendo possível o aproveitamento de uma energia elétrica de menor custo proveniente da geração disponível no SIN.

No Estado do Mato Grosso, as linhas de transmissão passarão pelos seguintes municípios (7):

Jauru
Vale de São Domingos
Pontes e Lacerda
Conquista D'Oeste
Nova Lacerda
Campos de Júlio
Comodoro

No Estado de Rondônia, as linhas de transmissão passarão pelos seguintes municípios (16):

Vilhena	Chupinguaia
Pimenta Bueno	Cacoal
Ministro Andreaza	Presidente Médici
Ji-Paraná	Ouro Preto do Oeste
Jaru	Theobroma
Ariquemes	Cacaulândia
Rio Crespo	Cujubim
Itapoã do Oeste	Candeias do Jamari



Mapa LT's.

Em anexo, tabela contendo a apresentação em UTM's do traçado de construção das linhas de transmissão.

4. POTENCIALIDADES ARQUEOLÓGICAS REGIONAIS

As fontes secundárias utilizadas para a elaboração do Diagnóstico de Dados Secundários que fundamentam esse Projeto de Prospecção fazem menção a sítios arqueológicos na região de abrangência do traçado das LT's em tela. Essas ocorrências apontam para as mesmas tradições culturais, podendo haver variáveis em termos de fases arqueológicas. Assim, uma vez definido o traçado dessas LT's, a possibilidade da presença sítios arqueológicos na faixa de servidão deverá ser apurada, com o máximo cuidado.

Durante o Programa Paleo-Índio e Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica na Bacia Amazônica – PRONAPABA, entre 1974-1977 foram executados projetos de pesquisa arqueológica sistemática de campo, no Mato Grosso e Rondônia, que constam de registro em Simões & Araújo-Costa (1978) e Banco de Dados do IPHAN.

Foi constatada a alta densidade e diversidade cultural dos sítios arqueológicos locais, com destaque aos sítios-cerâmicos, sítios-cemitério, sítios com oficinas-líticas cerâmicos e pré-cerâmicos; sítios com arte rupestre, cerâmicos e pré-cerâmicos, sítios-acampamento pré-cerâmicos; ocorrendo tanto a céu-aberto como em dolinas, abrigos-sobre rocha e encostas de paredões.

Em anexo, relação de sítios arqueológicos registrados no Cadastro Nacional de Sítios do IPHAN, existentes na região de influência do empreendimento.

5. CONCEITUAÇÃO E METODOLOGIA DO PROJETO DE PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA

5.1. Conceituação

Os “sítios arqueológicos” podem ser definidos, segundo MORAIS (1999), como a “menor unidade do espaço, passível de investigação, contendo objetos culturais, intencionais, no sentido de produzidos ou rearranjados, que testemunham as

ações de sociedade do passado”. Dessa forma, a caracterização de uma área como um sítio arqueológico pressupõe a localização de evidências humanas pretéritas associadas a componentes físicos da paisagem.

O autor define “paisagem” como o produto das relações estabelecidas entre o homem e o meio ambiente e entre o homem e o homem. A “arqueologia da paisagem” enfatiza as relações com a natureza, entre os sítios arqueológicos e entre as sociedades humanas. Tal ciência permite reconhecer rotas humanas, mudanças de povoamento, apropriações do espaço e outras atividades que envolvam interações humanas e ambientais.

Considerações sobre o estado dos sítios arqueológicos:

✧ *Sítios Primários*: podem ser caracterizados como sítios que conservam sua situação pós-deposicional, com a preservação de sua estratigrafia e espacialidade. Se forem encontrados, serão escavados com plotagem 3D e com decapagem por níveis sociológicos.

✧ *Sítios Secundários*: podem ser caracterizados como sítios que sofreram interferência no seu período pós-deposicional, com destruição de sua estratigrafia e, conseqüentemente, perda de relações intra-sítio, porém, com conservação de materiais arqueológicos. Estes sítios sofreram coleta superficial sistemática.

✧ *Sítios Terciários*: podem ser caracterizados como sítios com perturbação pós-deposicional, com destruição da estratigrafia, das evidências arqueológicas e da espacialidade intra-sítios (por exemplo, o efeito da ação do arado sobre a cerâmica, lítico, etc.).

5.2. Modelo de pesquisa adaptado para o Projeto

A metodologia a ser utilizada para localização de sítios arqueológicos baseia-se no modelo desenvolvido por MORAIS (1999) para o Estado de São Paulo, denominado de Análise de Padrão Locacional e adaptado por MILDNER (2000) para o estado do Rio Grande do Sul, a partir de então, renomeado como UNDR (Unidades Naturais de Design do Relevo).

Tal procedimento já foi testado em projetos de consultoria anteriores: Salvamento da UTEU – Uruguaiana (RS); UHEDF – Agudo (RS); Projeto de Salvamento

Arqueológico da Linha de Transmissão Garabi-Itá II (RS); Projeto de Salvamento da PCH Linha 3 Leste de Ijuí (RS); Projeto Arqueológico da Linha de Transmissão 230Kv Campos Novos - Santa Marta (SC-RS); Projetos de Prospecção e Salvamento Arqueológico na Linha de Transmissão 230kV Porto Primavera – Dourados – Imbirussu (MS); Projetos de Prospecção e Salvamento Arqueológico na Linha de Transmissão 500kV Itumbiara – Cuiabá (MG-GO); Projeto de Prospecção e Salvamento Arqueológico na Linha de Transmissão 500kV Colinas do Tocantins – Sobradinho (TO-BA); Projeto de Prospecção e Salvamento Arqueológico na LT 230 kV Termoçu – Açú II (RN); Projeto de Prospecção e Salvamento Arqueológico no Gasoduto Açú – Serra do Mel (RN) e em projetos acadêmicos (Projeto de Levantamento Geo Arqueológico de Caçadores – Coletores no Rincão do Inferno – Quarai e Projeto Geo Arqueológico na Encosta da Serra Geral (São Pedro do Sul, Santa Maria, Dilermano de Aguiar, Silveira Martins, São João do Polesine e Restinga Seca, todos municípios localizados no Rio Grande do Sul), durante os anos de 2001 a 2007.

5.3. Parâmetros do Modelo Locacional e UNDR

Os Parâmetros dos Modelos de Análises Locacionais desenvolvidos por MORAIS (1999) durante o projeto de Salvamento Arqueológico do Rio Paranapanema, situado no Estado de São Paulo, são fixados com base em situações universais referentes aos padrões de estabelecimento humanos, por exemplo: proximidade de água, proximidade de matéria-prima para confecções de instrumentos, declividade do terreno para possíveis assentamentos, etc.

Esses modelos “mapeiam áreas potencialmente favoráveis ao encontro de sítios arqueológicos”, entre as quais se destacam as relacionadas à “função morar” (Terraços Fluviais, Vertentes, Patamares de Vertente, Cabeceiras de Nascente, Topo de Interflúvio, Escarpa) e as relacionadas às “atividades estrativas” (Cascalheiras, Diques Clásticos, Disjunções Colunares, Pavimentos Detríticos, Barreiros, Corredeiras, Cachoeiras, Saltos).

Assim, conforme MORAIS (2005):

“Os geoindicadores arqueológicos sustentam um modelo locacional preditivo, focado na análise e avaliação do potencial arqueológico de determinada área. Na sua caracterização são destacados alguns

compartimentos topomorfológicos e situações geológicas, geomorfológicas e pedológicas, cuja convergência sugere parâmetros locais para assentamentos antigos, determinados por situações e funções socioeconômicas e culturais, tais como habitat, o extrativismo mineral e o extrativismo animal. A verificação dos geoindicadores arqueológicos acontece de forma mais completa no ambiente da geoarqueologia e da arqueologia da paisagem, com a análise das bases geográficas, geológicas, geomorfológicas, pedológicas e edáficas em meso ou microescala o que, além de subsidiar o modelo locacional preditivo, reforça os procedimentos de reconhecimento do terreno em contexto de Prospecção Arqueológica.”¹

A seguir, algumas tipologias dos Parâmetros Locacionais:

¥ *Terraços fluviais*: acumulações fluviais com superfícies planas, levemente inclinadas, com diferentes graus de retrabalhamento, alçadas por ruptura de declive em alguns metros com relação ao nível da lâmina da água ou às várzeas recentes, suficientemente extensos para terem suportado, no passado, assentamentos de grupos indígenas (mais freqüentemente, caçadores-coletores e, excepcionalmente, horticultores).

¥ *Vertentes*: planos de declive que enquadram os vales, com morfologia e amplitude variadas. As de convexidade suave (menos de 10% de declividade), eventualmente, suportam assentamentos de grupos indígenas, mais freqüentemente, horticultores.

¥ *Patamares de vertentes*: ruptura do declive mais ou menos horizontal, geralmente situada na meia-encosta das vertentes. Eventualmente, suportam assentamentos de grupos indígenas caçadores-coletores ou horticultores.

¥ *Cabeceiras de nascentes*: planos de declive em anfiteatro, geralmente moldados por erosão remontante, que enquadram nichos de nascente mananciais. No passado, suportaram, com certa freqüência, assentamentos indígenas pré-coloniais.

¥ *Topos de interflúvio*: lineamentos (espigões) que separam bacias hidrográficas. Existem registros de sítios arqueológicos em alguns trechos mais rebaixados (colos) desses divisores de águas, confirmando serem locais de passagem entre ambientes localmente distintos, envolvendo diferentes bacias hidrográficas.

¹ MORAIS, José Luiz de. www.comitepcj.sp.gov.br/download/Tres-Pontes-Atibaia_EIA-Vol-II-2_Abr-06.pdf. Acesso em março de 2007.

¥ *Escarpas*: desníveis abruptos, subverticais e verticais, de origem tectônica ou erosiva, podendo conter abrigos ou grutas resultantes de desmoronamentos ou de dissolução, eventualmente suportando ambientes favoráveis à ocupação de grupos indígenas, mais freqüentemente caçadores-coletores.

MILDER (2002) realizou uma adaptação dos Parâmetros de Análises Locacionais para situações universais, denominado UNDR (Unidades Naturais de Design do Relevo).

As UNDRs² caracterizam-se por compartimentos individuais do relevo (modelado, superfície, drenagem) marcados pela incidência de sítios arqueológicos; ou seja, a partir das UNDR, é possível definir padrões de escolhas naturais para o estabelecimento de populações indígenas pré-coloniais.

5.4. Seqüência das operações

Tomando por referência MORAIS (2005):

“A avaliação potencial de indícios e evidências arqueológicas, mormente exige o reconhecimento de terreno, procedimento que propicia a leitura da gênese e composição da área afetada pelo empreendimento, com a máxima potencialização das observações espontâneas e induzidas. O roteiro a ser operacionalizado é segmentado em três momentos, assim entendidos:

- a) compreensão do processo pedogenético local para a avaliação da matriz pedológica, na expectativa da existência de registros arqueológicos inseridos, considerando a composição do terreno;
- b) observações espontâneas de superfície e subsuperfície, permitidas por agentes e processos naturais;
- c) observações induzidas de superfície e subsuperfície, permitidas por agentes e processos artificiais, decorrentes do uso e ocupação do solo e estudos técnicos correlatos.”³

As operações na etapa de prospecção serão concentradas na Área de Influência Direta e na Área de Influência Indireta, quando houver clara evidência da possibilidade sítios arqueológicos. Segundo DIAS (2007):

² Algumas tipologias de UNDR: sítio em piso basáltico, granítico e calcário, sítio em pavimento detrítico, sítio em cascalheira, sítio em terraço fluvial, sítio em terraço fluvial e baixa vertente, sítio em colina, sítio em cabeceira de nascente, sítio em topo de interflúvio, sítio em topo de escarpa, sítio em abrigo, sítio gruta e sítio depressão.

³ MORAIS, José Luiz de. www.comitepcj.sp.gov.br/download/Tres-Pontes-Atibaia_EIA-Vol-II-2_Abr-06.pdf. Acesso em março de 2007.

“O termo “indireto”, proveniente da sigla AII, não corresponde à realidade ambiental, sendo apenas uma designação humana criada para delimitar uma área de interesse, portanto, é necessário que se realize a prospecção e o salvamento de sítios descobertos que perspassam as Áreas de Influência Direta e continuam nas Áreas de Influência Indireta.”⁴

Será implementada a seguinte seqüência de operações:

- ¥ Delimitação antecipada das áreas a serem impactadas;
- ¥ Percorrimento da área a fim de reconhecer a região, buscando aplicar e adaptar o modelo de Análises Locacionais;
- ¥ Vistoria nas áreas potenciais antes de qualquer intervenção na superfície ou subsuperfície,
- ¥ A metodologia explicitada exige que, primeiramente, seja identificada a unidade e, posteriormente, dentro de cada uma, seja verificada a existência ou não de sítios arqueológicos;
- ¥ A localização das UNDRs será realizada, em primeiro plano, por intermédio de fotos aéreas, cartas topográficas, mapas geológicos e geomorfológicos. Em segundo nível, torna-se necessária o percorrimto dentro de cada topomorfologia encontrada e delimitada com a finalidade de prospectar os sítios arqueológicos;
- ¥ Os sítios arqueológicos encontrados serão avaliados de acordo com os critérios anteriormente definidos (primários, secundários e terciários);
- ¥ O material evidenciado e os sítios identificados serão registrados no diário de campo e nas fotos;
- ¥ Os sítios serão cadastrados no Banco de Dados do IPHAN;
- ¥ As evidências encontradas serão delimitadas em relação à área de impacto do empreendimento;
- ¥ Serão realizados cortes experimentais a fim de evidenciar materiais arqueológicos, onde as condições litoestratigráficas permitirem, ou, forem apropriadas para a ocorrência de sítios arqueológicos, e colher amostras para análises laboratoriais, quando as bases sedimentares permitirem.

⁴ DIAS, Rogério Dias, **Ofício nº 021/07/GEPAN/DEPAM/IPHAN**. Assunto: Orientação quanto a procedimentos de Arqueologia Preventiva.

6. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS

Este Projeto busca atender aos requisitos legais no tocante à legislação brasileira sobre os procedimentos arqueológicos em empreendimentos que causam impacto sobre o patrimônio arqueológico.

A Lei nº 3.924 de 1961 garante a proteção aos monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional, colocando-o sob a guarda e proteção do Poder Público, e considerando os danos ao patrimônio arqueológico como crime contra o Patrimônio Nacional.

A Resolução do CONAMA, de 01/86, estabelece que os sítios e monumentos arqueológicos devem ser objeto de consideração para a emissão das Licenças Prévia, de Instalação e Operação do empreendimento.

A Portaria nº 7 do IPHAN, de 01 de dezembro de 1988, estabelece as normas a serem seguidas para a execução de pesquisas arqueológicas.

A Portaria nº 230 do IPHAN, de 17 de dezembro de 2002 estabelece diretrizes a serem seguidas para a compatibilização da obtenção de licenças ambientais com a salvaguarda do patrimônio arqueológico.

A elaboração do Projeto foi embasada na legislação acima declinada, que normatiza a apresentação desse planejamento, indicando os procedimentos e a documentação necessária, adequando-se principalmente a Portaria nº 230/ 2002, que estabelece a concomitância e a inserção dos programas de arqueologia nos Estudos de Impacto Ambiental – EIA e no processo de Licenciamento Ambiental do empreendimento.

7. ARQUEÓLOGO RESPONSÁVEL E COORDENADOR DAS PESQUISAS

Saul Eduardo Seiguer Milder, Arqueólogo, Professor Universitário, Doutor em Arqueologia pela USP/MAE, Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal de Santa Maria/RS.

Contatos:

Residencial: Rua Siqueira Couto, 168. CEP: 97195.000 Silveira Martins/RS.

Telefone: (xx55) 9972.8126 – 3224.1465. E-mail: milderbr@yahoo.com.br

LEPA - UFSM: Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 1187, Anexo, Centro –
CEP: 97015-372, Santa Maria/RS. Telefone: (55) 3220.9240

8. EQUIPE TÉCNICA

Arqueólogos Seniores

Diele Ilha Thomasi; Licenciada em História pela UFSM e aluna da Especialização em Arqueologia na URI/Erechim/RS.

Juliana Rossato Santi, Licenciada em História pela UFSM, Especialista em História do Brasil pela UFSM, Mestre em Integração Latino Americana pela UFSM e Doutoranda em Arqueologia pelo MAE/USP.

Silvana Zuse; Licenciada em História pela UFSM e Mestranda em Arqueologia pelo MAE/USP.

Lúcio Lemes; Licenciado em História pela UFSM e Mestrando em arqueologia pelo MAE/USP.

Arqueólogos Juniores

Caroline Rutz; História UFSM

Ricardo Pellegrin Marion; História UFSM

Sandor Fernando Bringmann; História UFSM

Historiador

Angelo Inácio Pohl; Licenciado em História pela UFSM, Especialista em História do Brasil pela UFSM, Especialista em Pensamento Político Brasileiro pela UFSM, Mestre em Integração Latino Americana pela UFSM e aluno do Curso de Especialização em Arqueologia da URI/IPHAN.

Serviço Técnico de apoio

Jaime Eduardo Dotto Paim; funcionário técnico da UFSM.

9. IDONEIDADE FINANCEIRA

Em anexo, encontra-se a declaração de idoneidade financeira necessária à execução do Programa, sendo os subsídios advindos de um contrato celebrado entre a Jauru Transmissora de Energia Ltda. e a Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência (FATEC), vinculada à Universidade Federal de Santa Maria.

10. ENDOSSO INSTITUCIONAL

Em anexo, encontra-se a declaração de endosso institucional ao Programa de Prospecção Arqueológica.

11. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Abaixo encontra-se apresentado o Cronograma ideal previsto para a execução para as atividades de Prospecção Arqueológica.

Atividades	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Elaboração e envio do Projeto de Prospecção Arqueológica ao IPHAN.												
Prospecção Arqueológica baseada no Diagnóstico prévio de sítios existentes na região.												
Organização e classificação dos dados coletados.												
Discussão com empreendedor sobre alternativas no traçado da LT e Salvamento Arqueológico.												
Redação e envio do Relatório Final de Prospecção Arqueológica.												

12. PROPOSTA PRELIMINAR DE UTILIZAÇÃO FUTURA DO MATERIAL PRODUZIDO PARA FINS CIENTÍFICOS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS

As informações científicas obtidas durante o desenvolvimento do Projeto serão divulgadas por meio de resumos e artigos em revistas científicas, digitais ou impressas. Os dados poderão ser divulgados através de comunicações em seminários ou encontros acadêmicos, além de palestras e visitas às escolas e bairros comunitários, tendo por meta principal a apropriação, pela comunidade, do conhecimento científico elaborado.

Participarão das pesquisas estagiárias e bolsistas ligados ao LEPA - UFSM, os quais aproveitarão a realização do projeto para o melhoramento e aperfeiçoamento de métodos e técnicas arqueológicas de campo e laboratório.

13. BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. São Paulo. Revista Economia Aplicada, vol.4, n.2, abril/jun de 2000, 19p.

ADONIAS, Isa. **Mapas e planos manuscritos relativos ao Brasil Colonial (1500-1822)**. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, Serviço de Documentação, 1960.

ALMEIDA, A. W. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. C. **Quilombos. Identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: ABA,FGV, 2002.

BANDEIRA, M. de L. **Território negro em espaço branco**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BICHO, Nuno Ferreira. **Manual de Arqueologia Pré-Histórica**. Lisboa: Edições 70. 2006.

BORGES, F. C. **Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade desde o descobrimento do sertão no ano de 1734**. Publicações avulsas, nº 28. Cuiabá: IHGMT, 2001.

BRASIL, Governo Federal. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Gov. Fed., 1988

CANTANHEDE, Antônio. **Achegas para a história de Porto Velho**. Escola Técnica - Manaus – 1970.

- BRASIL. **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS**. Informação e documentação – citações em documentos – apresentação: NBR 10520. Rio de Janeiro, ago. 2002.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **Do índio ao bugre. O processo de assimilação dos Terena**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- CARONE, Edgard. **A República Liberal II**. São Paulo: Difel, 1985.
- CARVALHO, Aparício. **Candelária - Luz e Sombra na trajetória da EFMM**. Porto Velho: ABG Gráfica e Editora, 1999.
- COELHO, Felipe Nogueira. **Memórias cronológicas da capitania de Mato Grosso**. UFMT, 1976.
- COSTA, A. M. R. F. M. **Senhores da Memória. Uma história do Nambiquara do cerrado**. Cuiabá: Unicen, 2002.
- DANTAS, José de Azevêdo. **Indícios de uma Civilização Antiquíssima** (apres. Gabriela Martin Ávila). João Pessoa: A União/Governo do Estado da Paraíba/Secretaria de Educação e Cultura/Fundação Casa de José Américo/Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, 1994 (Biblioteca Paraibana, v. XI).
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 1997.
- FEDERAÇÃO das Indústrias do Estado. **Rondônia - Perfil e Diretrizes - Um estudo da FIERO**. Porto Velho, 1995.
- FERREIRA, A. R. **Viagem Filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Memórias, Antropologia**. Conselho Federal de Cultura, 1974.
- FERREIRA, J. A. Notícia sobre os índios de Mato Grosso dada em ofício de 2 de dezembro de 1848 ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, pelo Diretor Geral dos Índios da então Província. In: **Revista O Archivo**, ano 1, vol. 2, 1905. Publicações avulsas nº 33. Cuiabá: IHGMT, 2001.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A Ferrovia do Diabo**. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1951.
- GASPAR, Madu. **A Arte Rupestre no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- GRÜNEWALD, R. de A. Apresentando: índios e negros na Serra do Uma. In: BACELAR, J. & CAROSO, C. (org.). **Brasil: um país de negros?** 2ª ed. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador, BA: CEAO, 1999.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26º ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- HUGO, Vitor. **50 anos do Território Federal do Guaporé: 1943-1993**. Brasília: Editora SER, 1996.
- HUGO, Vitor. **Desbravadores**. São Paulo: Editora Ambrosiana, 1a. Ed. 1959 / 2a. Ed. 1991
- LEAL, Paulo Nunes. **O Outro Braço da Cruz**. Porto Velho: Governo de Rondônia, 1984.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes Trópicos**. Lisboa: Edições 70, 1986.
- LIMA, Abnael Machado de. **Terras de Rondônia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1969.
- MACHADO, M. F. R. **Índios de Rondon. Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Wáimare e Kaxíniti, grupos Paresi**. Tese de doutorado, PPGAS, 2 vols. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1994.
- MACHADO, M. F. R. Memórias portuguesas sobre os selvagens: cultura e história nas relações étnicas em Mato Grosso no século XIX. In: **Actas do Congresso Luso-Brasileiro “Portugal: Memórias e Imaginários”**, Vol II. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa: 2000.
- MACHADO, M. F. R. Quilombos, Cabixis e Caburés: índios e negros em Mato Grosso no século XVIII. Associação Brasileira de Antropologia. In: **Anais da 25ª Reunião Brasileira de Antropologia**, GT 48: Saberes coloniais sobre os indígenas em exame: relatos de viagens, mapas, censos e iconografias. Goiânia, junho de 2006.
- MACHADO, M. F. R. **Relações coloniais e confrontos culturais: índios e portugueses em Mato Grosso no século XVIII**. ANPOCS, 2002.
- MADUREIRA, Elizabeth. **Revivendo Mato Grosso**. Secretaria de Educação de Mato Grosso, 1997.
- MARROCOS, Alcedo Sobral da Silva. Uma História da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. In: **Compêndio de História de Rondônia**. Goiás: FUNCER, 1993.
- MELLO E ALVIM, Marília Carvalho de. Povoamento da América indígena; questões controversas. In: **CLIO – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco**. Recife: UFPE, 1995-1996. p. 09-15 (Série Arqueológica, v. 1, n. 11).
- MELLO, F. P. de. **Diário da Diligência que por ordem do Ilmo. Exmo. Sr. João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e Capitão General da Ca-**

pitania de Mato Grosso, se fez no ano de 1795, afim de destruir vários quilombos e buscar alguns lugares em que houvesse ouro. Publicações avulsas nº 24. Cuiabá: IHGMT, 2001.

MENEZES, Esron Penha de. **Retalhos para a História de Rondônia.** Vol.1. Rondônia: Prefeitura Municipal de Porto Velho, 1980.

_____. **Retalhos para a História de Rondônia.** Vol.2. Rondônia: Prefeitura Municipal de Porto Velho, 1990.

MILLER, Eurico Th. **História da cultura indígena do alto Médio-Guaporé (Rondônia e Mato Grosso).** Dissertação de Mestrado em História da Cultura Brasileira. PUCRS. XXVI +317p., 12 tab., 43 fig., 17 est. Porto Alegre, 1983

_____. Pesquisas Arqueológicas paleoíndigenas no Brasil Ocidental. In: **Estúdios Atacameños: Investigaciones Paleoindias al sur de la línea ecuatorial.** San Pedro de Atacama, Chile: Universidad del Norte, 1987.

_____. **Relatórios preliminares das pesquisas arqueológicas realizadas em Mato Grosso e Rondônia.** MARSUL/SI-NGS. Mapa. (inédito). 1974, 1975, 1977.

_____. **Nota Prévia das pesquisas arqueológicas realizadas nos Estados do Amazonas, Mato Grosso e Rondônia (1982-3).** Mapa. (inédito). 1982.

_____. **Projeto de avaliação do potencial arqueológico na área de influência da rodovia Br-429 / Presidente Médici-Costa Marques, Rondônia, 1986.** Relatório, GERO-SEPLAN/RO. Porto Velho, RO, Brasil. 26 p., 3 fig., 9 est. (inédito). 1987a.

_____. **Projeto de avaliação do potencial arqueológico na área de abrangência da UHE Ji-Paraná, nota prévia.** Relatório Eletronorte - CNEC, Brasília – São Paulo. 63 p., 14 fig. 15 est. (inédito). 1987b.

_____. **Inventário arqueológico da bacia do rio Ji-Paraná, 1974-1986.** Relatório, Eletronorte -CNEC, Brasília - São Paulo. 12 p., mapa. (inédito). 1987c.

_____. **Inventário Arqueológico da Bacia e Sub-Bacias do Rio Madeira 1974 -1987.** São Paulo. ELETRONORTE-CNEC. 55p. mapa. pp.36-37. 1987d.

MORAIS, J. L. **Perspectivas Geoambientais.** Tese (Livre Docência em Arqueologia). São Paulo: USP, 1999. p. 14.

MOURA, C. F. **A expedição Langsdorf em Mato Grosso.** Cuiabá: EdUFMT, 1984.

- MOUTINHO, J. F. **Notícia sobre a Província de Matto Grosso seguida d'um roteiro da viagem da sua capital a São Paulo.** São Paulo: Typ. De Henrique Schroeder, 1869.
- PINTO, Emanuel Pontes. **Caiari, Lendas, Proto-história e História.** Rio de Janeiro: Cia. Bras. de Artes Gráficas, 1986.
- _____. **Rondônia: Evolução histórica.** Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura, 1993.
- PROUS, A. A arte rupestre brasileira: uma tentativa de classificação. In: **Revista de Pré-História.** Vol. 7. São Paulo: Instituto de Pré-História da USP, 1989.
- _____. **Arqueologia Brasileira.** Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.
- RODRIGUES, N. **Os africanos no Brasil.** 8ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- ROQUETTE-PINTO, E. **Rondônia. Brasiliana,** Série V, vol. XXXIX. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- ROSA, C. A. & JESUS, N. M. de. **A terra da conquista. História de Mato Grosso colonial.** Cuiabá: Ed. Adriana, 2003.
- SANCHEZ, L. E. **Avaliação de Impacto Ambiental. Conceitos e métodos.** São paulo: Oficina de Textos. 2006.
- SANTOS, Milton. **Território e sociedade.** São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- SCHMIDT, M. Die Aruaken. Ein Beitrag zum Problem der Kulturver Beitrung. Studien zur Ethnologie und Soziologie. Herausgeben Von A. Vierkandt, Heft 1. Leipzig, 1917. (**Os Aruaques. Uma contribuição ao estudo da difusão cultural.** Tradução existente na Biblioteca do PPGAS-Museu Nacional, UFRJ).
- SCHMIDT, M. Los Paressis. In: **Revista de la Sociedad Científica Del Paraguay,** 6 (1), 1943.
- SCHMITZ, Pedro Inácio; BARBOSA, Altair Sales; RIBEIRO, Maira Barbieri & SILVA, Antônio Manuel. O acompanhamento arqueológico de obras: uma intervenção muito própria. In: **Revista Portuguesa de Arqueología.** Vol. 8. Nº 1. P. 459-469. Lisboa: IPA, 2005.
- VERARDI, Ivone. **Arte Rupestre no Centro do Brasil: pinturas e gravuras da Pré-História de Goiás e Oeste da Bahia.** São Leopoldo, RS: Instituto Anchieta de Pesquisas/UNISINOS, 1984.

- WILLEY, G. R. **An Introduction to American Archaeology**. Prentice-Hall, Englewood Cliffs, v.2, 1971.
- WILLEY, G. R.; Phillips, P. 1958. **Method and Theory in American Archaeology**. University of Chicago Press, Chicago.
- SERRA, R. F. de A. **Extracto da descrição geographica da província de Matto Grosso feita em 1797, por Ricardo Franco de Almeida Serra, sargento mor de Engenheiros**. RIHGB, T. vi, 1844.
- SILVA, Amizael Gomes da. **Amazônia Porto Velho**. Porto Velho/RO: Editora Palmares, 1991.
- SILVA, Fabíola Andréa. A pesquisa sobre arte rupestre: uma introdução aos seus princípios básicos. In: **Revista do CEPA**. Vol. 20, n 24 (setembro de 1996). Santa Cruz, RS: Editora da UNISC, 1996.
- SILVA, Janice Theodoro. **Raízes da Ideologia ao Planejamento Nordeste (1989-1930)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, LTDA: 1978.
- SIMÕES, Mário F. & ARAUJO-COSTA, Fernanda. **Áreas da Amazônia Legal Brasileira para pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi. 160 p. ilustr. (Publ. Avulsas, 30). 1978.
- SIMÕES, Mário F. **Pesquisa e cadastro de sítios arqueológicos na Amazônia Legal Brasileira**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi. 100 p. 1982. Ilust. (Publ. Avulsas, 38). 1978 - 1982.
- SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso. Da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira e outras. **O Processo Histórico de Mato Grosso**. Cuiabá: Guaicurus, 1991.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Revivendo Mato Grosso**. Cuiabá: SEDUC, 1997.
- SOUZA, Alfredo Mendonça de. História da Arqueologia Brasileira. In: **Revista Pesquisas**. Série Antropologia nº 46. São Leopoldo (RS): Instituto Anchietano de Pesquisas, 1991.
- THIESEN, B. & TOCCHETTO, F. Definição de sítio arqueológico histórico: reflexões para um debate. In: **Revista do CEPA**, v. 23, n. 29. Santa Cruz: UNISC, 1999. (jan. / jun.).p.268.

Sites pesquisados

<http://www.ambientebrasil.com.br>.

<http://www.brasilchannel.com.br/municipios/>.

<http://www.educacional.com.br>.

<http://www.exercito.gov.br/01Instit/Historia/Guararap/forte-map.htm>.

http://www.fortalezasdobrasil.pro.br/rg_nordeste/in_rgnorte.html.

<http://www.funai.gov.br>.

http://www.ibase.br/pubibase/media/ibasenet_dv24_especial.pdf.

<http://www.jesuitas.com.br>.

<http://www.magmarqueologia.pro.br>

<http://www.revistamuseu.com.br>

<http://www.seol.com.br/rnnaweb/historia/prehistoria/>).

<http://www.socioambiental.org/pib/epi/tapeba>.

<http://www.thousandimages.com/foto.asp?idautor=332&idfoto=11>.

<http://www.wikipedia.org>.

<http://www.pmvilhena.com.br/>

<http://www.pmpimentabueno.com.br>

ANEXOS

Relação dos sítios arqueológicos registrados no IPHAN

Traçado em UTM's das LT's

Idoneidade Financeira

Endosso Institucional

Currículos: Arqueólogo responsável e equipe técnica

Relação dos Sítios Arqueológicos registrados no IPHAN, existentes na área de abrangência das LT's

Estado do Mato Grosso – 18 sítios arqueológicos registrados

Sítio Arqueológico	Município	Caracterização
Beira Mata	<i>Jauru/MT</i>	Sítio a céu aberto (aldeia), composto por artefatos cerâmicos.
Arraial São Francisco Xavier 01	<i>Pontes e Lacerda/MT</i>	Sítio histórico de habitação e mineração, com presença de vestígios de edificações.
UHE – Guaporé 1	<i>Pontes e Lacerda/MT</i>	Sítio cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
UHE – Guaporé 2	<i>Pontes e Lacerda/MT</i>	Sítio cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
UHE – Guaporé 3	<i>Pontes e Lacerda/MT</i>	Sítio cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Aldeia Velha Alantesú	<i>Comodoro/MT</i>	Duas grandes áreas abertas em meio à mata, para as antigas habitações e um campo de futebol. Vizinha de um rio e bastante úmida. Ainda hoje utilizada para caça, coleta e visitação dos espíritos da família.
Camarezinho	<i>Comodoro/MT</i>	Sítio lítio-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Cerro Azul	<i>Comodoro/MT</i>	Sítio cerâmico a céu aberto / Sítio habitação

COFAP 1	<i>Comodoro/MT</i>	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
COFAP 2	<i>Comodoro/MT</i>	Sítio lito-cerâmico pré-histórico e histórico.
COFAP 3	<i>Comodoro/MT</i>	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
COFAP 4	<i>Comodoro/MT</i>	Sítio lito-cerâmico a céu aberto
Formiga I	<i>Comodoro/MT</i>	Sítio lítico a céu aberto
Nuheranukisu	<i>Comodoro/MT</i>	Sítio lítico a céu aberto
P. I. Alentesú	<i>Comodoro/MT</i>	Área de ocupação atual com vestígios cerâmicas em superfície - recentemente a limpeza do pátio com trator, quebrou um vasilhame cujos vestígios ainda puderam ser vistos - baixa densidade.
Porto Fritz	<i>Comodoro/MT</i>	Sítio lito-cerâmico a céu aberto / Sítio habitação
Tawlatesú I	<i>Comodoro/MT</i>	Sítio etnoarqueológico informado por Joel do P. I. Wassussú. Área circular desmatada em meio ao cerrado, onde foi informado ter tido um conflito com fazendeiros, que ocasionou o abandono da aldeia. O grupo se mudou para o local que hoje cadastramos como Tawlatesú II.

Tawlatesú II	Comodoro/MT	Área desmatada em meio ao cerrado indicada como tendo sido antiga aldeia, com restos cerâmicos e enterramentos.
--------------	-------------	---

Estado de Rondônia – 71 sítios arqueológicos registrados

Sítio Arqueológico	Município	Caracterização
Boa Vista	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio acampamento / Sítio habitação
Bom Futuro	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Bom Jardim	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Brigada	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Cacaueiro	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Caneco	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio oficina lítica a céu aberto.
Capixaba	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Cassimiro	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Condor	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio oficina lítica a céu aberto.
Divisa	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Dois de Abril	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Escola	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Guaximim	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.

		micos a céu aberto.
IBDF	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Ipiranga	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Ipocyssara	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto e sítio cerimonial.
João da Onça	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Luciano	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Maneta	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Molim 1	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Molim 2	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Molim 3	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio Cerimonial a céu aberto, com a existência de gravuras rupestres.
Macunã	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Nova Vida	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Penha	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio oficina lítica a céu aberto.
Piloto	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Pindaíba	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Ravini	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Santa Maria	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.

		micos a céu aberto.
São Pedro	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Setembrino	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Toledo	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio oficina lítica a céu aberto.
Urupá	<i>Ji-Paraná/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Jaru 1	<i>Jaru/RO</i>	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Jaru 2	<i>Jaru/RO</i>	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Jaru 3	<i>Jaru/RO</i>	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Ariquemes	<i>Ariquemes/RO</i>	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Carapanã	<i>Ariquemes/RO</i>	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Caritiana	<i>Ariquemes/RO</i>	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Carlito	<i>Ariquemes/RO</i>	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Del-Rei	<i>Ariquemes/RO</i>	Sítio habitação pré-histórico e histórico.
Itapipoca	<i>Ariquemes/RO</i>	Sítio acampamento pré-cerâmico / Sítio habitação, exposto a céu aberto.
Lourenço	<i>Ariquemes/RO</i>	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Maria 1	<i>Ariquemes/RO</i>	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Maria 2	<i>Ariquemes/RO</i>	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.

Monte Cristo	<i>Ariquemes/RO</i>	Sítio acampamento, exposto a céu aberto.
Monte Cristo 2	<i>Ariquemes/RO</i>	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Monte Cristo 3	<i>Ariquemes/RO</i>	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Monte Cristo 4	<i>Ariquemes/RO</i>	Sítio oficina cerâmica, exposto a céu aberto.
Motel	<i>Ariquemes/RO</i>	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Motel 2	<i>Ariquemes/RO</i>	Sítio oficina lítica, exposto a céu aberto.
Oriente	<i>Ariquemes/RO</i>	Sítio oficina lítica, exposto a céu aberto.
Pedrinhas	<i>Ariquemes/RO</i>	Sítio acampamento pré-cerâmico (com reocupações), exposto a céu aberto.
Rio Branco	<i>Ariquemes/RO</i>	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Rio Preto	<i>Ariquemes/RO</i>	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Romão	<i>Ariquemes/RO</i>	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Romão 2	<i>Ariquemes/RO</i>	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Sucata 2	<i>Ariquemes/RO</i>	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Sucata 3	<i>Ariquemes/RO</i>	Sítio habitação composto por material cerâmico, exposto a céu aberto.
Modelo 1	<i>Cacoal/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Modelo 2	<i>Cacoal/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Modelo 3	<i>Cacoal/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.

Pirarara	<i>Cacoal/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Araçá	<i>Vilhena/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Ávila	<i>Vilhena/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Melo	<i>Vilhena/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Pupunha	<i>Vilhena/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Realeza	<i>Vilhena/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Sinear	<i>Vilhena/RO</i>	Sítio de Habitação composto por artefatos cerâmicos a céu aberto.
Vilhena 1	<i>Vilhena/RO</i>	Sítio de Habitação a céu aberto.
Vilhena 2	<i>Vilhena/RO</i>	Sítio de Habitação a céu aberto.